

CSA - CÂMARA DE CIÊNCIAS APLICADAS ( PÔSTER )

NOME: JULIA DA SILVA GONÇALVES OLIVEIRA

TÍTULO: JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

AUTORES: LILIANE CRISTINA DE OLIVEIRA HESPANHOL, JULIA DA SILVA GONÇALVES OLIVEIRA , LILIANE CRISTINA DE OLIVEIRA HESPANHOL, JULIA DA SILVA GONÇALVES OLIVEIRA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): FAPEMIG

PALAVRA CHAVE: JUDICIALIZAÇÃO, DIREITO, EDUCAÇÃO, TJMG

## RESUMO

O direito à educação, previsto pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e demais leis infraconstitucionais, é por diversas vezes limitado devido à falta de mecanismos sólidos e aptos a efetivação do mesmo, bem como pela inércia estatal. Desta forma, o Poder Judiciário é por diversas vezes acionado visando conferir a máxima efetividade desse direito, sendo recorrente a judicialização dos direitos sociais atualmente. Desta maneira, objetiva-se analisar, no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como o Poder Judiciário tem decidido sobre o direito à educação, procurando compreender se as decisões judiciais interferem na concretização e efetivação do direito social à educação. A presente proposta de pesquisa se justifica pela clara necessidade de buscar novos procedimentos e novas visões acerca da ampliação da efetividade dos direitos sociais no Brasil, pois é visível a falta de perspectivas no sistema estatal e a palpabilidade de tais direitos. Para tanto adota-se o método dialético e tem sido realizada pesquisa bibliográfica, a partir de livros, textos e artigos monográficos especializados, bem como pesquisa jurisprudencial, através das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nos últimos 11 anos, tendo em vista o advento da Lei de diretrizes e bases da educação. Quanto aos resultados parciais, até o atual progresso da pesquisa, foi realizada pesquisa bibliográfica e consequente revisão do referencial teórico, sendo verificada a existência de farta disposição legal, bem como inúmeras pesquisas visando conhecer o conteúdo das decisões, no que tange ao direito à educação, nos diversos tribunais em todo país. Quanto aos dados, estes vêm sendo colhidos junto ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, restando verificada várias demandas judiciais visando conferir efetividade ao direito à educação. Os dados vêm sendo tratados e catalogados, no entanto, resta a finalização desta etapa, que se dará ao final do projeto.